

## **ALEITAMENTO MATERNO: Condicionantes na sua Manutenção**

Maria Otília Brites Zangão – Doutoranda em Enfermagem da UCP, Assistente 2º Triénio na ESESJD/UE, ESMO, Formadora em Aleitamento Materno pela UNICEF

Felismina Rosa Mendes - Doutorada em Sociologia, Professora Coordenadora na ESESJD/EU, Investigadora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL.

Introdução: Sendo o aleitamento materno uma prioridade para o século XXI, torna-se necessário verificar as condicionantes para a manutenção do aleitamento materno em exclusivo até aos 6 meses e em complemento até aos 2 anos ou mais (OMS, 2001).

“O aleitamento depende de diversos fatores sócio culturais, profissionais, nível de educação e da ação dos profissionais de saúde e dos meios de informação. Em Portugal, vários estudos avaliaram a prevalência do aleitamento materno. Porém, além da prevalência, conhece-se ainda pouco sobre os fatores que condicionam a amamentação, nomeadamente a influência dos estilos de vida, do nível de educação e dos meios de comunicação social do peso relativo da opinião dos profissionais de saúde sobre a adesão das mães ao aleitamento” (Sandes, Nascimento, Figueira, Gouveia, Valente, Martins, Correia, Rocha & Da Silva, 2007: 195).

Atualmente, os estilos de vida diferentes, que não coadjuvam a amamentação, com mães e avós que não amamentaram e/ou não foram amamentadas, são fatores que levam à não manutenção do aleitamento materno para além dos primeiros meses. Por outro lado, o aleitamento materno é uma capacidade que se aprende, vulnerável a falta de informação, a experiências negativas e à inexperiência ou falta de apoio. Um dos aspetos importantes para a manutenção do aleitamento materno “é o suporte da amamentação depois da alta da maternidade” (Levy & Bértolo, 2008: 15).

Objetivo: Verificar a prevalência de aleitamento materno. Identificar as condicionantes no aleitamento materno

Metodologia: Realizámos um estudo, descritivo e prospetivo, realizado em dois períodos com abordagem quantitativa realizada num hospital de apoio perinatal diferenciado do Alentejo. Selecionou-se uma amostra por conveniência que incluiu todas as puérperas que tiveram alta da maternidade, no período de um mês. A amostra foi constituída por 38 puérperas.

A primeira fase do questionário foi realizada no dia da alta da maternidade e a segunda fase realizou-se passados três meses, através de uma entrevista telefónica, previamente autorizada. O tratamento estatístico dos dados foi feito através do programa SPSS 17.

Resultados: A média de idades foi de 29,5 anos, com um desvio padrão de 4,7, sendo a idade mínima de 16 anos e a máxima de 41 anos.

Relativamente ao nível de escolaridade, 32,4 % tinha um curso superior, 29,7% tinha o 9º ano de escolaridade e apenas 2,6% não sabia ler nem escrever. Verificou-se que 45,9% das puérperas inquiridas não tinha a escolaridade mínima obrigatória.

Das 38 puérperas, 50% eram primíparas. Das que eram múltíparas constatou-se que para 36,8% era o 2º filho e para 13,2% era o 3º filho. A idade gestacional que se verificou, na maior parte das puérperas, foi uma gravidez de termo (38-40 semanas) com 81,6%. Apenas 5,3% se revelou numa gravidez pré-termo (33-35 semanas).

A prevalência de aleitamento materno, logo após o nascimento foi de 78,4% para aleitamento materno em exclusivo. Já 21,6% das puérperas afirmaram que os seus bebés não fizeram aleitamento materno em exclusivo e as razões que foram, “difícil adaptação do bebé (1),

dificuldades com o mamilo (1), estava a tomar medicamentos (3), não satisfeito (1), não tinha leite (1), sem mamilo adequado (1) ”.

No entanto, algumas destas dificuldades foram ultrapassadas durante o internamento, porque a prevalência de aleitamento materno na amostra no dia da alta foi de 81,8% em aleitamento materno em exclusivo, 15,2% faziam leite materno e suplemento (este administrado sempre por biberão) e 3,0% fazia leite artificial devido a medicação materna incompatível com aleitamento materno.

Quanto á prevalência de aleitamento materno na nossa amostra, tal como noutros estudos já realizados em Portugal (Sarafana et al, 2006; Sandes et al, 2007) verificou-se existir uma prevalência elevada de aleitamento materno exclusivo à data da alta hospitalar indo declinando ao longo nos meses subsequentes. No nosso estudo a maioria das mães planeou amamentar o seu bebé e efetivamente iniciou esta prática (78,4% das mulheres iniciaram a amamentação logo após o nascimento). No entanto se 81,8% amamentava em exclusivo no dia da alta, aos três meses de vida da criança apenas 63,9% fazia aleitamento materno exclusivo. Para a OMS o abandono precoce da amamentação é um problema de saúde pública, pelo que nos últimos anos têm surgido várias campanhas de apoio ao aleitamento materno no sentido de ocorrerem mudanças na legislação que favoreçam esta prática.

Conclusões: Como sugestão para a manutenção do aleitamento materno por períodos mais longos, tal como preconiza a OMS, deveria ser instituída uma política de boas práticas em aleitamento materno a nível dos serviços de saúde do Alentejo, para que a diminuição da prevalência do aleitamento materno nesta região do país deixe de ser considerado um problema de saúde pública.